

**ATA DA SESSÃO Ordinária  
DO DIA 19-11-2015**

**Presidente**

Lucindo dos Anjos de Fontes Couto

**Deputados**

José Honorato Sousa Medeiros

Teresa da Ressurreição Soares Pimentel

António José de Braga Sousa

Andreia Margarida Vicente Junco

Bruno Furtado Moniz

Francisco Resendes da Câmara Melo

Maria Margarida Sousa Arruda Pinheiro

Pedro Henrique Soares Correia

Rui António Dias da Câmara de Carvalho e Melo

Séfora de Fátima Santos da Costa Correia

Agostinha Maria Moreira Gomes

Maria Helena de Rodrigues e Ponte

Emanuel Frias Santos

Hélder Herculano Pimentel Medeiros

António José Santos Ponte

Maria Rita Cabral Rodrigues

Emanuel de Sousa Medeiros

Edgardo Costa Madeira

Flávio Miguel da Ponte Pacheco

Erasmus Carlos Esteves de Melo Moniz

Rui Nelson Furtado Amaral

Carlos Manuel de Arruda Dias Soares

Arménio Maurino Correia Jardim

Paulo Alexandre Pacheco Duarte

**Secretários**

Maria Paula Carvalho Dias Pimentel

Clotilde de Melo Cabral Correia da Ponte

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 19-11-2015****ÍNDICE****ORDEM DE TRABALHOS**

PONTO UM - PROC. Nº 6039/2015 - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Franca do Campo

PONTO DOIS - PROC. Nº 2113/2015 - Proposta de Deliberação - Escritura de Permuta - Afetação ao Domínio Público Municipal

PONTO TRÊS - PROC. Nº 6464/2015 - Junta de Freguesia de São Pedro - Pedido de reforço de delegação de competências - Olaria Mestre José Batata

PONTO QUATRO - PROC. Nº 5534/2015 - Junta de Freguesia de Ribeira das Tainhas - Pedido de Apoio para pagamento de transporte dos alunos da freguesia para a Escola Básica Integrada de Vila Franca do Campo

PONTO CINCO - PROC. Nº 5015/2015 - Junta de Freguesia de Água d'Alto - Reparação do "Fontanário da Bica" - Pedido de apoio financeiro

PONTO SEIS - PROC. Nº 1043/2015 - Junta de Freguesia de Água d'Alto - Propostas de celebração de contratos de delegação de competências e acordos de execução - Transporte Escolar

PONTO SETE - PROC. Nº - 553/2015 - Junta de Freguesia de Ribeira Seca - Pedido de Delegação de Competências - Transporte Escolar

PONTO OITO - PROC. Nº1801/2015 - Junta de Freguesia de São Miguel - Solicitação de Delegação de Competências 2015 - Manutenção do Relógio Municipal

PONTO NOVE - PROC. Nº -2082/2015 - Relatório Trimestral de Acompanhamento do Plano Financeiro - Exercício de 2015 - 3º Trimestre

PONTO DEZ - PROC. Nº2280/2015 - Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos.

PONTO ONZE - PROC. Nº 2289/2015 - Orçamento e Opção do Plano para o ano de 2016.

## **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 19-11-2015**

Aos dezanove dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, no Salão da Casa do Povo, da freguesia de Ponta Garça, reuniu, em sessão Ordinária, a Assembleia Municipal, sob a presidência do senhor Lucindo dos Anjos de Fontes Couto, secretariado pela senhora Maria Paula Carvalho Dias Pimentel e pela senhora Clotilde de Melo Cabral Correia da Ponte, respetivamente na qualidade de primeira e segunda secretária da Mesa da Assembleia.-----

O Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão pela 20h00.-----

De seguida foram conferidas as presenças de todos os elementos constituintes daquele órgão, verificando-se a falta de comparência, justificada e com pedido de substituição, dos Membros da Assembleia do grupo PPD/PSD Cláudia de Jesus Lima Cabral que se fez substituir por Clotilde Melo Cabral Correia da Ponte; João Alberto Carreiro de Medeiros Simas que se fez substituir por Francisco Resendes da Câmara Melo; Paulo Roberto Fontes Junco que se fez substituir por Bruno Furtado Moniz e o Membro da Assembleia, do Grupo Eleito pelo PS, João Carlos Barbosa Leite que se fez substituir por Teresa da Ressurreição Soares Pimentel.--

Assistiram à reunião o Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues, o Vice- Presidente, Carlos Manuel de Melo Pimentel e os Vereadores, Gonçalo Patrício Fontes Dias, Mário Rui Braga e Sabrina Marília Coutinho Furtado. Não esteve presente a Vereadora Conceição de Jesus Pinheiro Botelho Quental.-----

Foi submetida a apreciação e votação a ata da sessão da Assembleia Municipal do dia 16 de junho de 2015, a qual foi aprovada por maioria, com abstenção dos senhores, Rui António Dias da Câmara Carvalho e Melo e Francisco Resendes da Câmara Melo, membros do grupo eleito pelo PPD/PSD, por não terem participado na referida reunião.-----

### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

O Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento à Assembleia de que o senhor Rui António Dias da Câmara Carvalho e Melo tinha comunicado, por ofício datado de 10 de novembro, a sua decisão de assumir lugar na Assembleia Municipal tendo, desse modo, renunciado às funções de vereador, desempenhadas até então.-----

Relativamente àquela matéria o Presidente da Assembleia esclareceu que o número 4 do

artigo 77º da Lei número 169/99, de 18 de Setembro, previa que a suspensão que, por uma só vez ou cumulativamente, ultrapassasse trezentos e sessenta e cinco dias, no decurso do mandato, constituía de pleno direito, renúncia do mesmo.-----

Acontecera, nesse caso concreto, que a suspensão do mandato de membro da Assembleia Municipal até àquela data, se deveria à incompatibilidade pelo exercício de funções como Vereador, conforme decorre do artº 221 da Lei Orgânica nº 1/2001 de 14 de agosto, na sua última versão aprovada pela Lei Orgânica nº 1/20111, de 30 de novembro.-----

Assim sendo, não se tratava de matéria que decorria da vontade do eleito mas de uma decorrência legal para remoção de uma incompatibilidade, pelo que, o prazo limite de suspensão de mandato na Assembleia Municipal não era aplicável nesse caso.-----

Aquela tinha sido a interpretação que tinha sido feita pela Procuradoria-Geral da República e fora a interpretação que fizera o Presidente da Assembleia Municipal.-----

Naqueles termos e no disposto no número 3 do artigo 60º da Lei 169/99, de 18 de setembro, procedeu-se de seguida à instalação do novo membro da Assembleia Municipal, o senhor Rui António Dias da Câmara de Carvalho e Melo, residente na Rua Estrada Nova, nº 30, Freguesia da Ribeira Seca, concelho de Vila Franca do Campo, com o número de cartão de cidadão 05154876, inscrito na Comissão de recenseamento da Freguesia da Ribeira Seca, com o número de eleitor 1623, eleito pelas listas do PPD/PSD-PPM, Acreditar de Novo.-----

Pediu a palavra o senhor Hélder Medeiros para apresentar o Voto de Pesar transcrito abaixo.

### **“VOTO DE PESAR**

*Enquanto toda e qualquer teoria pode ser rebatida com diferentes argumentos ou descobertas mais reveladoras da verdade das coisas, a teoria de que a história repete-se, e repetindo-se apenas enferma dos pergaminhos característicos da época histórica em que se vive, não merece qualquer contestação.*

*Com efeito sempre que a civilização conhece o apogeu do seu desenvolvimento ao nível social, económico ou científico, a história ensina-nos que, de igual modo, se levantam forças altamente motivadas por ideologias severamente questionáveis nos seus reais intentos, as quais procuram o caos, o desespero, o receio e o medo generalizado como substrato para germinação de uma nova ordem social em que o cidadão é mero peão nas mãos de autocratas e estados repressores.*

*Hoje e mais do que nunca, a civilização ocidental, tal como a conhecemos, nunca esteve tão*

*ameaçada e insegura. A democracia que nós europeus adotamos como sistema político e pilar onde a comunidade se inspira no seu contínuo desenvolvimento está a ser questionada como nunca nos seus alicerces mais profundos.*

*Os atendados registados em Paris e todos aqueles que por força da atuação das forças de segurança não se consumaram, são uma lição importantes de que sempre haverá outros seres humanos que escolhendo não adotar um modelo democrático assente em direitos liberdades e garantias fundamentais que protegem o cidadão face ao poder repressivo e coercivo do Estado, optam por destruir os que vivem de forma diferente ou pensam de modo diverso.*

*Ninguém pode ficar indiferente ao banho de sangue derramado por inocentes que, não sendo magnatas da finança ou indústria, governantes ou decisores ao mais alto nível, pagaram ainda assim o preço mais alto. Perderam a própria vida.*

*Cabe-nos enquanto europeus e cidadãos desta aldeia global não só condenar o terrorismo sob todas as formas e expressão, independentemente da região do globo onde esta ocorra, mas também ser solidários com o sofrimento daqueles que dão a vida para proteger o nosso direito à liberdade, à expressão, à greve, à reserva da vida privada, ao nome, a ser alguém e não apenas um número num registo estatístico qualquer.*

*Inspiremo-nos pois na coragem do povo francês que apesar do terror que se abateu no país, faz frente a esse flagelo, defendendo a herança democrática que nos foi deixada pela luta dos nossos avós que necessita hoje, como no passado, de ser defendida e aperfeiçoada para que a construção da paz seja sempre um estado e não apenas um objetivo.*

*Apresentamos as nossas condolências e solidariedade em homenagem às vítimas do terrorismo pelo mundo, convictos mais do que nunca de vale lutar e preservar o que a democracia nos trouxe: A liberdade e segurança.*

*Termino citando Thomas Jefferson, um dos fundadores dos Estados Unidos da América: “ O preço da liberdade é a vigilância eterna. Vigiem pois...”*

O Presidente da Câmara pediu a palavra e referiu que a Câmara Municipal também se associava ao Voto de Pesar. Não deixou de realçar o que todos sentiam contra atos de tamanha barbárie. Salientou ainda que a morte, quando provocada por terceiros, era sempre de lamentar. Concluiu ainda que, quando a guerra era declarada unilateral, as consequências sofridas eram as assistidas.-----

Posto a votação foi aprovado por unanimidade.-----

O membro da Assembleia Municipal Paulo Duarte, eleito pelo grupo do PPD/ PSD, após lhe ter sido conferida a palavra, perguntou a razão pela qual a estrada nova de acesso à Zona Industrial não estar ainda ligada à rotunda existente. Questionou ainda para quando o início das obras no Aldeamento do Ilhéu, freguesia de São Pedro, referidas no cartaz publicitário fixado naquele local. Por último, saudou o Presidente da Assembleia Municipal pela iniciativa da sessão ter sido realizada na freguesia de Ponta Garça.-----

O Presidente da Câmara, após lhe ter sido conferida a palavra, respondeu às questões colocadas. Assim e relativamente à ligação da estrada à Rotunda, na Zona Industrial, referiu dizendo que a mesma não se encontrava aberta porque não tinha sido ainda concluída a sinalética. Salientou que essa era uma questão que envolvia verbas consideráveis, uma vez que iria ser alterada a sinalética existente desde o Pisão até aquela zona. Referiu ainda que esse melhoramento seria incluído na candidatura ao próximo Quadro Comunitário.-----

Quanto à questão das Obras no Aldeamento do Ilhéu, o Presidente da Câmara referiu que tinha andado em conversações com a Secretaria das Obras Públicas, mais concretamente com o Diretor Regional, Bruno Pacheco que, por sua vez, referiu que estariam para breve aquelas obras. O Presidente da Câmara referiu ainda que tinha reencaminhado a resposta para o Presidente da Junta de São Pedro, Flávio Pacheco que, por sua vez, esclareceu que estava em contacto com a Câmara Municipal e com o Engenheiro da Secretaria Regional das Obras Públicas.-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Ponta Garça, Rui Amaral, pediu a palavra para saudar e congratular o Presidente da Assembleia pelo facto de ter escolhido a freguesia de Ponta Garça para realizar a sessão. De seguida, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia questionou o Presidente da Câmara Municipal para quando seria resolvido o problema com a água na rua da Cooperativa Santo Antão, uma vez que, com as chuvas e as cheias, a situação complicava. Referiu também a situação na Canada do Rochão, salientado que era mais perigosa e que carecia de intervenção mais urgente que a da Cooperativa.-----

No seguimento do seu discurso, congratulou a Câmara Municipal pela iniciativa da criação do Cartão do Idoso, classificando-o como sendo uma mais-valia para aquele grupo etário. Questionou ainda sobre a organização da Comissão de Trânsito e para quando teria início a sua intervenção. Por último, apelou à atenção do executivo para a manutenção da Rua das Azáleas, dado que a rua encontrava-se em muito mau estado.-----

O Presidente da Câmara, em uso da palavra, começou por comentar que tinha estado, nesse mesmo dia com crianças, todas elas de Ponta Garça e que curiosamente, as mesmas, tinham-no questionado sobre o assunto apresentado, sobre a água que corria, quando chovia, na zona da Cooperativa de Santo Antão. Serviu-se de um ditado popular para se expressar - *Quem*

*cultiva sem derregar não cultivou.* Quanto a isso referiu que os proprietários dos terrenos de cultivo deveriam manter as suas terras preparadas, com regos, para um bom escoamento da água, assim como deveriam ter a preocupação de manter as ribeiras limpas para que houvesse um bom encaminhamento das águas pluviais. Referiu ainda que fazer um escoamento das águas das terras para o mar era impossível. Essa seria uma boa medida, caso a situação económica/financeira não fosse a vigente. Adiantou ainda que o trabalho realizado pelas juntas, câmara e governo impediram que se registassem mais sinistros e reduziram em grande número catástrofes que poderiam ter acontecido, caso não houvessem intervenções dessa natureza.-----

Quanto à iniciativa do cartão do idoso, o Presidente da Câmara agradeceu a congratulação.----

No que respeitou à Comissão de Trânsito, o Presidente da Câmara afirmou que não havia capacidade financeira para grandes intervenções. Adiantou ainda que quando houvesse candidaturas aos Quadros Comunitário seriam feitas alterações e intervenções em todo o concelho. Salientou que havia questões concretas, em termos de trânsito, que seriam revistas no concelho. No entanto, ficaria registado o caso da rua das Azálias e a seu tempo seria a situação revista.-----

De seguida o membro da Assembleia, Rui Melo, eleito pelo PPD/ PSD, pediu a palavra para saudar todos os presentes e apresentou o voto de recomendação inframencionado.-----

**“ VOTO DE RECOMENDAÇÃO  
Campo de Jogos Municipal  
da  
Mãe de Deus**

*Considerando que os terrenos do antigo recinto desportivo, para a prática do Futebol, sito à Rua Visconde da Palmeira, foram na sua maioria doados ao Município, com o destino de serem construídos campos de Futebol e Voleibol;*

*Considerando que o distinto Vilafranquense, Sr. Manuel Soares Ferreira, já falecido, no seu livro “Coisas da Vila” recorda que aquela propriedade era um fértil terreno, com 18 estufas de Ananases, com 800 plantas cada, demonstrando assim, que o Sr. Visconde da Palmeira e os outros, que doaram terrenos de primeira, no Centro da Vila, para prática do desporto, consideravam de grande importância para o povo esta atividade;*

*Considerando que durante muitas décadas, o Campo de Jogos da Mãe de Deus, foi a única sala de visitas desta Vila, que ao Domingo recebia centenas de visitantes de toda a Ilha, que faziam excursões para passar o dia na Vila e assistir à partida de Futebol, onde participava a sua equipa, em jogos com os Pretos ou com os Azuis;*

*Considerando também que o Campo de Jogos da Mãe de Deus reforçou a sua importância,*

*por estar localizado, junto da maior Escola Básica e Secundária do Concelho, podendo ser utilizado durante o dia pela população escolar e a partir das 18 h pelos desportistas em geral;*

*Considerando que o Governo Regional considerou na sua política de educação e desporto, que as Escolas Secundárias, por toda esta Região deviam ter uma infraestrutura como um campo de futebol de 11, conforme se constata em diversas Escolas Secundárias, de outros concelhos dos Açores;*

*Considerando ainda, que o Governo Regional dos Açores apoiou um campo de relva sintética em todos os concelhos da Região, com exceção de Vila Franca do Campo;*

*Considerando por fim, que os terrenos onde está construído o antigo campo da Mãe de Deus, recuperou, recentemente as dimensões exigidas, para a prática de jogos oficiais de Futebol, nos termos das diretrizes emitidas pela FIFA, organização que tutela o Futebol Mundial;*

*Acresce ainda, que a utilização por dezenas de atletas, do Campo Municipal da Ponta Garça, pelos atletas das equipas da Vila, tem custos altíssimos e obriga a uma grande logística de transportes, que são insurportáveis, para nossos clubes e familiares dos jovens atletas;*

*E, respondendo às diversas manifestações de desportistas, familiares e população em geral:*

*Os Deputados Municipais do PSD propõem à Assembleia Municipal que recomende à Câmara Municipal, que mande elaborar um Estudo Prévio, que permita identificar, com clareza e precisão, as possibilidades de reabilitação do Campo de Jogos Municipal da Mãe de Deus, para a prática do desporto, designadamente o Futebol de 11 e também da possibilidade de criar um parque de estacionamento, em espinha, idêntico ao que foi construído pela Câmara Municipal, junto da Escola Básica e Secundária, permitindo a utilização diária de todos os Vilafranquenses.*

*Vila Franca do Campo, 19 de Novembro de 2015*

*Os Deputados Municipais do PSD”*

O Presidente da Câmara, no uso da palavra e relativamente ao exposto, referiu que tinha sido uma pena que num passado, não muito longínquo, um presidente da Câmara tivesse fechado o Campo de Jogos da Mãe de Deus e que nada fizera para o manter operacional. Frisou ainda que era com certa perplexidade que via esse antigo presidente da câmara falar do Campo de Jogos que não preservou nem soube cuidar. Acrescentou que era com certa admiração que ouvia a proposta para um Estudo Prévio com vista a viabilizar o campo de jogos para esse fim. Afirmou que não tinha dúvidas que aquele Campo deveria ser um Campo de Jogos e que, para isso, não era necessário gastar dinheiro num projeto para se apurar uma coisa que era óbvia. A Câmara achava que o Campo de Jogos da Mãe de Deus deveria ser um campo de futebol. Porém, acrescentou que o programa eleitoral apresentado pelo do PS dizia que ali deveria ser uma Escola Profissional. Todavia, informou os presentes que, passados dois anos, constatara-se que não seria possível construir ali a Escola o que veio a alterar os planos

eleitorais propostos. Com a inviabilidade de construção daquele edifício ficaria de pé a construção daquele campo.-----

Contudo, referiu que um campo de futebol necessitava de financiamento e a câmara não dispunha de verba para tal. Havia que encontrar uma solução para isso, o que não seria nesse mandato. Finalizou repetindo que tinha de cumprir o que prometera - o plano, pelo qual tinha sido eleito e nesse plano não estava incluída a recuperação do Campo de Jogos da Mãe de Deus.-----

De seguida o membro da Assembleia Municipal, Rui Melo, pediu a palavra para dizer que o Campo de Jogos da Mãe de Deus, não tinha as dimensões legais nem os requisitos exigidos por lei para ser um campo de futebol, situação esta, que se alterou, devido ao novo regulamento da FIFA. Referiu que o estudo que havia feito tinha inviabilizado o Campo de Jogos da Mãe de Deus num campo de futebol e que tinha sido por essa razão que o campo de futebol de Ponta Garça foi a prioridade. Referiu ainda que na altura o Governo Regional dissera que não havia dinheiro, para o piso sintético, como tinha apoiado nos restantes concelhos. Acrescentou ainda que uma parte dos terrenos do Sr. Brandão poderia reverter para a Câmara Municipal para preencher os requisitos exigidos por lei. Referiu que se deveria por as crianças a jogar. Relativamente à falta de dinheiro acrescentou que iria haver sempre falta. Havia que investir.-----

Relativamente ao exposto o Presidente da Câmara Municipal referiu que aquele campo iria ser um Campo de futebol. Esse era um ponto assente. Todavia, não seria nesse mandato porque havia assumido um compromisso com o eleitorado e o objetivo desse mandato era cumprir com o plano apresentado e que tinha sido o mote da campanha do PS. Acrescentou ainda que havia uma diferença notável entre si e o membro da Assembleia, Rui Melo, quer na sua vida pessoal quer pública e que consistia na gestão parcimoniosa dos recursos financeiros. Salientou que queria terminar o mandato com as dívidas realizadas todas liquidadas para quem viesse atrás não se preocupar e ter que pagar só as herdadas de longa duração. Frisou que tudo iria funcionar no concelho de Vila Franca do Campo com transparência.-----

Solicitando de novo a palavra o membro da Assembleia Rui Melo referiu que o que tinha sido feito em Vila Franca do Campo na altura dele tinha sido investimento. Acrescentou ainda que os Socialistas estão na Câmara havia seis anos e continuavam a ter uma visão do passado, da dívida e do desmantelamento.-----

Pediu a palavra a senhora Teresa Medeiros, membro da Assembleia eleita pelo Partido Socialista, e referiu que achava que se deveria fazer um campo de futebol. Porém, acrescentou que era de bom senso não dar um passo maior do que a perna. Havia que ter responsabilidade no pagamento das dívidas. Acrescentou ainda que *Roma e Pavia não se fizeram num dia* e que os atos tinham que ser contidos. Frisou que havia cidades que não tinham pavilhões

multiusos e perguntou ao senhor Rui Melo porque não tinha apostado na construção do campo de futebol em vez de construir o pavilhão multiusos. -----

Posto a votação, votaram contra o grupo do PS e Novo Rumo, absteve-se o Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca. Votaram a favor maioria PPD/PSD e o membro Independente Edgardo Costa Madeira.-----

Pedi a palavra o membro da Assembleia da Assembleia, eleito pelo PPD/ PSD, Francisco da Câmara Melo, que apelou ao Presidente da Câmara para que, no decorrer dos dois anos que ainda lhe faltavam para o termo do mandato, a Câmara tomasse a iniciativa de organizar de uma Feira *Outlet*.-----

Tomou a palavra o Presidente da Câmara para responder que o Açor Arena continuava sem condições para a realização de grandes eventos. Esclareceu que nunca se conseguira pagar o primeiro pagamento daquele investimento, nem tão pouco realizar as reparações que precisavam de ser efetuadas. Referiu que, para além da realização de pequenos eventos, não queria assumir a responsabilidade da realização de eventos de maior envergadura porque o edifício não tinha os requisitos que o licenciamento obrigava. A licença que existia era provisória.-----

O membro da Assembleia Municipal, Hélder Medeiros, pediu a palavra para apresentar o Voto de Congratulação transcrito. -----

*“Apesar da reduzida dimensão do nosso concelho, cerca de 11 mil habitantes, o talento nasce deve nascer, sem se contender com aspetos demográficos ou funcionais.*

*Não obstante o desinvestimento regional no desporto, entidades como o VFC Kickboxing Clube persistem em elevar a excelência dos jovens vilafranquenses para patamares de categoria regional e nacional.*

*Assim, os nossos campeões dos Açores, irão representar os Açores, em prova de natureza nacional, a realizar no Algarve, na modalidade de kickboxing, em que o clube de Vila Franca do Campo com os seus atletas e técnicos irão levar as nossas cores mais alto.*

*Os desportos de luta, transmitem aos nossos jovens disciplina, auto-controlo, respeito pelo adversário e disputa leal, aliás, tudo o que à política falta em demasia.*

*Congratulamo-nos pelo alcance das suas conquistas, devendo ser convenientemente apoiada a sua epopeia, pois apostar nestas entidades é apostar nas nossas gentes.*

*São campeões regionais o atleta Miguel António da Costa Sardinha, que se sagrou Campeão*

*Regional no escalão Juvenis Masculinos, na variante Light Contact, categoria +69 Kgs, e a atleta Rita Marlene Ribeiro Costa, Campeã Regional, no escalão Sénior Femininos na variante Light Contact, categoria -60 Kgs,*

*Dizer por fim que a sagacidade e compromisso do Presidente do clube, Sr. Erasmo Moniz, fez com que o nome do VFC Kickboxing Clube entrasse nos pódios regionais e nacionais de forma categórica, sustentável e com muito desportivismo.*

*Bem Hajam”*

Posto a votação, foi aprovado por unanimidade.-----

Solicitando o uso da palavra o membro da Assembleia, Rui Melo, informou que a rua, no Parque Industrial, onde se situavam as oficinas de mecânica dos senhores Carlos Simas e Idílio Pinheiro, estava em muito mau estado. De seguida, abordou novamente o assunto da aparelhagem de som que não aparecia, a exposição canina e o festival infantil que se deixaram de realizar.-----

O Presidente da Câmara, em pleno uso da palavra que lhe foi conferida, explicou que e no que se refere ao mau estado da rua no Parque Industrial, a Câmara estava a aguardar um Posto de Transformação prevendo-se, adiantou o mesmo, início da obra para março ou abril do ano 2016. No entanto, concluiu o Presidente, como a rua estava em muito mau estado, a Câmara iria tentar recuperar aquela via. Sobre a aparelhagem de som e como os fatos tinham sido registados na ata da reunião anterior seriam denunciados ao Ministério Público.-----

Solicitando de novo a palavra o membro da Assembleia Rui Melo, disse que sabia onde estava aparelhagem e deixou um desafio ao Presidente da Câmara e ao Presidente da Assembleia para publicarem o património da Câmara Municipal. Frisou também que os processos que teve em tribunal foram bem resolvidos e que estava acostumado a lidar com essas situações.-----

Relativamente a essa intervenção o Presidente da Câmara Municipal referiu que nunca tinha referido que a ação seria contra Rui Melo. Referiu que o que fora dito foi que, uma vez constando da ata seria levado o assunto ao Ministério Público.-----

O Membro da Assembleia, Hélder Medeiros, eleito pelo grupo PPD/PSD, levantou a questão da Casa Mortuária, na freguesia de Ponta Garça e acrescentou que não queria imputar responsabilidades, mas que exigia uma definição e um compromisso sobre a futura existência daquele imóvel.-----

O Presidente da Câmara, no uso da palavra, explicou aos presentes que tinha havido uma

reunião com o presidente da Junta de Freguesia de Ponta Garça, onde ficara planeado ceder a segunda Capela Mortuária para sede da Junta de freguesia e, em troca, a Junta de Freguesia assumia o compromisso de concluir a primeira capela mortuária.-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Ponta Garça, Rui Amaral, informou que tinha concordado com a proposta do Presidente da Câmara, contudo queria fazer uma pequena correção. Acrescentou que tinha sido uma solicitação da junta de freguesia a cedência da segunda capela com o intuito de ser realizada a sede da junta de freguesia. Manifestou o seu descontentamento pelo facto da maior freguesia do concelho não ter uma casa mortuária.-----

O Presidente da Câmara Municipal retomando a palavra referiu que a solução estava nas mãos do Presidente da Junta de Freguesia de Ponta Garça. A proposta foi apresentada e a decisão seria dele.-----

## **ORDEM DO DIA**

### **PONTO UM - PROC. Nº 6039/2015 - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Franca do Campo-----**

Da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Franca do Campo, foi presente à sessão um ofício a informar que o professor Gonçalo Patrício Fontes Dias, indicado pela Assembleia Municipal, em reunião de 24 de setembro de 2015, não poderia ter sido indicado para fazer parte daquela Comissão, considerando que já representava os serviços de educação.

A Assembleia decidiu, por maioria, indicar o senhor Carlos Eduardo Melo Braga, com a abstenção dos 2 membros do Novo Rumo.-----

### **PONTO DOIS - PROC. Nº 2113/2015 - Proposta de Deliberação - Escritura de Permuta - Afetação ao Domínio Público Municipal-----**

Foi presente à sessão a proposta de deliberação, da Câmara Municipal sobre a Escritura de Permuta - Afetação ao domínio público municipal da área de 1.078,00 m<sup>2</sup>, na Rua Pão do Vigário, freguesia de São Miguel, concelho de Vila Franca do Campo.-----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

**PONTO TRÊS - PROC. Nº 6464/2015 - Junta de Freguesia de São Pedro - Pedido de reforço de delegação de competências - Olaria Mestre José Batata-----**

Foi presente à sessão a proposta de delegação de competências da Junta de freguesia de São Pedro para a manutenção da Olaria Mestre José Batata, sito à Rua do Fole, nº 15 e do Forno de Loiça, sito à Rua Padre Manuel José Pires, com um suporte financeiro no valor de €2.000.00.-----

Posta a votação foi aprovada por unanimidade.-----

**PONTO QUATRO - PROC. Nº 5534/2015 - Junta de Freguesia de Ribeira das Tainhas - Pedido de Apoio para pagamento de transporte dos alunos da freguesia para a Escola Básica Integrada de Vila Franca do Campo -----**

Foi presente à sessão a proposta de delegação de competências da Junta de freguesia da Ribeira das Tainhas, para a realização do transporte escolar naquela freguesia, com um suporte financeiro no valor de €1.250.00.-----

Posta a votação foi aprovada por unanimidade.-----

**PONTO CINCO - PROC. Nº 5015/2015 - Junta de Freguesia de Água d'Alto - Reparação do "Fontanário da Bica" - Pedido de apoio financeiro-----**

Foi presente à sessão a proposta de delegação de competências da Junta de freguesia de Água d'Alto, para a recuperação do Fontanário da Bica, com um suporte financeiro no valor de €2.000.00.-----

Posta a votação foi aprovada por unanimidade.-----

**PONTO SEIS - PROC. Nº 1043/2015 - Junta de Freguesia de Água d'Alto - Propostas de celebração de contratos de delegação de competências e acordos de execução - Transporte Escolar -----**

Foi presente à sessão a proposta de delegação de competências da Junta de freguesia de Água d'Alto, para a realização do transporte escolar naquela freguesia, com um suporte financeiro no valor de € 4.000.00.-----

Posta a votação foi aprovada por unanimidade.-----

**PONTO SETE - PROC. N º - 553/2015 - Junta de Freguesia de Ribeira Seca - Pedido de Delegação de Competências - Transporte Escolar -----**

Foi presente à sessão a proposta de delegação de competências da Junta de freguesia da Ribeira Seca, para a realização do transporte escolar naquela freguesia, com um suporte financeiro no valor de €1.250.00.-----

Posta a votação foi aprovada por unanimidade.-----

**PONTO OITO - PROC. Nº1801/2015 - Junta de Freguesia de São Miguel - Solicitação de Delegação de Competências 2015 - Manutenção do Relógio Municipal-----**

Foi presente à sessão a proposta de delegação de competências da Junta de freguesia de São Miguel, para a manutenção do relógio municipal, com um suporte financeiro no valor de €1.500.00.-----

Posta a votação foi aprovada por unanimidade.-----

**PONTO NOVE - PROC. Nº -2082/2015 - Relatório Trimestral de Acompanhamento do Plano Financeiro - Exercício de 2015 - 3º Trimestre-----**

Foi presente à sessão a proposta da Câmara Municipal, Relatório Trimestral de Acompanhamento do Plano Financeiro – Exercício de 2015 – 3º Trimestre acumulado.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**PONTO DEZ - PROC. Nº2280/2015 - Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos-----**

Foi presente à sessão a proposta da autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos, com a assunção de compromissos plurianuais detalhados nas Grandes Opções do Plano.-----  
Posto à votação, a Assembleia Municipal aprovou por maioria. Absteram-se oito membros eleitos pelo grupo PPD/ PSD e o membro do grupo Independente. A favor o grupo eleito pelo PS e pelo Novo Rumo e um membro do partido PPD/PSD.-----

O membro da Assembleia Rui Melo pediu a palavra para protestar o facto de os documentos referentes às contas das Empresas Municipais, não terem acompanhado os documentos do orçamento da Câmara Municipal, aquando da distribuição dos mesmos. Prosseguiu, solicitando a suspensão dos trabalhos para que os referidos documentos pudessem ser analisados.-----

O Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a reunião, sem prejuízo do período destinado à intervenção do público, que de imediato se seguiu, seria suspensa, ficando a

continuação da mesma agendada para o dia 25 de novembro pelas 20h00, no Salão Nobre dos Paços do Concelho.-----

### **ABERTO O PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

O Presidente da Assembleia Municipal informou que aquele período tinha a duração de 30 minutos cabendo, no máximo, a cada pessoa 5 minutos de intervenção. Para isso, cada cidadão tinha que referir o nome completo, morada e o assunto/os apresentar.-----

Inscreeveu-se para intervir os munícipes Armando Rodrigues, residente na Rua das Camélias nº 35, freguesia de Ponta Garça e Silvino Ponte, residente na Rua da Paz, nº 1B, freguesia de São Miguel.-----

Após ter sido concedida a palavra ao senhor Armando Rodrigues que referiu que a razão que o tinha levado à Assembleia prendia-se com a resposta a duas questões. A primeira dizia respeito ao Clube Desportivo Vasco da Gama e, na qualidade de presidente daquele grupo desportivo, questionou o Presidente da Câmara sobre a falta de resposta aos dois ofícios enviados à Câmara Municipal, o primeiro datado de nove de dezembro de dois mil e catorze e o segundo de treze de maio de dois mil e quinze. Informou a Assembleia que o primeiro falava sobre as obras que o clube necessitava, enquanto o segundo surgiu na sequência da reunião que tinha tido com o Presidente da Câmara, em que esse solicitou que colocasse por escrito os assuntos a tratar. Acrescentou que de ambos não havia obtido resposta.-----

A segunda questão que o havia levado ali prendia-se com o Campo de Jogos da Ponta Garça. Referiu que a falta de segurança do piso colocava em perigo não só os jogadores como também punha em causa a qualidade dos jogos. O mesmo munícipe alertou o Presidente da Câmara para o fato da Empresa de Comunicações cujas antenas se encontravam instaladas no Campo de Jogos de Ponta Garça, estar a beneficiar indiretamente através do pagamento do aluguer do espaço ocupado pelas mesmas, o Clube Desportivo Bota Fogo. Sobre o assunto, questionava-se que, se o campo era da Câmara porque não beneficiariam os restantes clubes desportivos do mesmo. -----

O Presidente da Câmara, no uso da palavra que lhe foi conferida, aceitou e agradeceu o alerta sobre a segurança do piso no Campo de Jogos de Ponta Garça. Referiu que as questões de segurança eram uma aprioridade e o campo teria que ser minimamente aceitável para que o desporto fosse bem praticado. Frisou que, logo que houvesse disponibilidade financeira arranjar-se-ia o campo, uma vez que a segurança das crianças era uma prioridade. Quanto às antenas instaladas no Campo de Jogos, referiu a Câmara assim que tivera conhecimento anulava o contrato elaborado entre aquela e o Clube Desportivo Bota Fogo. Salientou que a Câmara era a titular desse contrato e as verbas adquiridas reverteriam a favor do campo dos

jogos.-----

Relativamente à questão sobre a falta de resposta aos ofícios, o Presidente da Câmara manifestou a sua estranheza pelo fato de terem havido reuniões com o Sr. Armando Rodrigues, depois das datas apontadas e que o mesmo não havia mencionado a falta de resposta aos ofícios enviados. Manifestou o seu pesar pelo sucedido e solicitou o envio de novo ofício caso tenha havido falha no tratamento de algum assunto.-----

Perante o referido o Sr. Armando Rodrigues dirigiu-se à mesa e entregou, ao Presidente da Assembleia, cópia dos ofícios que, depois do Presidente da Câmara tomar conhecimento do conteúdo das mesmas, informou os presentes que todas as questões apresentadas por escrito tinham sido respondidas verbalmente.-----

Seguidamente foi dada a palavra ao munícipe, Sr. Silvino Ponte que no uso da palavra que lhe foi concedida, apresentou-se como sendo o vice-presidente do Clube Desportivo Vasco da Gama e que ali estava para falar sobre o Campo de Futebol. Referiu que as crianças do clube desportivo Vasco da Gama percorriam uma grande distância para treinarem, pois os treinos eram em Ponta Garça; que utilizavam diariamente uma carrinha velha, sobre lotada e que, naquelas condições, estavam com grandes dificuldades em fazer sobreviver aquele clube. Referiu que a sua luta, desde longa data, tinha sido a recuperação do Campo de Jogos da Mãe de Deus. Um campo histórico, palco de tantas perdas e de muitas vitórias. Lamentou não ter sido aceite um estudo para viabilizar a construção de um campo de futebol. Arrematou referindo que tinha sido feita uma manifestação pacífica e que havia um grupo popular que queria recuperar o campo gratuitamente. Salientou que num primeiro momento seria somente necessário metade do espaço para treinar as crianças. Voltou a frisar que seria uma obra gratuita.-----

Perante o exposto o Presidente da Câmara Municipal respondeu que respeitava e que compreendia as razões sentimentais que o ligavam àquele campo. Todavia, havia questões orçamentais que necessitavam de ser esclarecidas. Assim sendo, esclareceu que o que tinha sido apresentado naquela Assembleia tinha sido a proposta da realização de um estudo que na verdade não era necessário, uma vez que aquele espaço podia ser um campo de futebol. Outro ponto que esclareceu foi o que se prendia com a segurança das crianças. Não compreendia o facto de, o mesmo Clube que exigia segurança num campo sintético era o mesmo que referia que as crianças poderiam jogar num campo de terra e num espaço que não preenchia, por lei, os requisitos necessários para aquela prática. Por último, referiu que acontecendo algo era sobre a Câmara que recaia a responsabilidade, visto que era a proprietária do espaço. Por fim, acrescentou que o equipamento, desde a iluminação até a uma simples vedação, custava muito dinheiro. Frisou que o Campo de Futebol da Mãe de Deus iria ser reabilitado mas em tempo ainda a determinar. A prioridade do momento eram as pessoas.-----

A reunião foi suspensa eram 23h15 m.-----

No dia 25 de novembro de 2015, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 20 horas, o Presidente da Assembleia Municipal declarou o reinício da reunião.-----

O Presidente da Câmara pediu a palavra para esclarecer o transcrito abaixo.-----

*“A solicitação do Senhor Deputado Rui Melo foi a Assembleia Municipal suspensa que agora retomamos.*

*Invocou o Senhor Deputado Municipal que ao abrigo do n.º 2 do art. 46º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, solicitava os documentos relativos aos orçamentos e parecer dos respetivos Revisores Oficiais de Contas das Empresas do Setor Local deste Município.*

*Tal solicitação foi feita na presença do Senhor Presidente da Câmara o qual fez chegar à Mesa o seguinte esclarecimento:*

*A solicitação feita de documentos ao abrigo da norma citada não conduz ao resultado pretendido, ou seja, não há nenhuma lei que obrigue que o orçamento municipal tenha que incluir os orçamentos e respetivos pareceres dos ROC's das Empresas Municipais;*

*A alínea a) do citado n.º 2 do art. 46º do referido diploma refere-se expressamente a órgãos e serviços do município com autonomia financeira. Este município não dispõe de nenhum organismo nestas circunstâncias;*

*A alínea b) da citada norma refere-se a “Orçamentos, quando aplicável, de outras entidades...”. Estão aqui enquadradas as Empresas do Setor Local.*

*Porém, compulsando a Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local, refere no seu art. 42º n.º 1 “... as empresas locais devem facultar, de forma completa e atempadamente, os seguintes elementos aos órgãos executivos das respetivas entidades públicas participantes...” e na sua alínea b) “Projetos de orçamentos anuais...”.*

*Nestes termos legais o dever das Empresas Municipais é prestar informações aos Órgãos Executivos Participantes – leia-se Câmara Municipal - e não aos órgãos deliberativos, como é a Assembleia Municipal.*

*Assim não é obrigatório que os Orçamentos e demais documentos solicitados façam parte do Orçamento Municipal.*

*A bem da transparência, a Câmara Municipal tem todo o gosto em fornecer todos os documentos que sejam solicitados. Outra coisa é fazer uma exigência com base numa norma legal que não confere esse direito.*

*Assim, o Senhor Deputado Municipal Rui Melo, que na altura apresentou-se com as leis e códigos à sua frente, fez passar uma ideia errada e com base nesse erro foi a Assembleia suspensa.”* -----

O membro da Assembleia, Rui Melo, referiu que conforme o artigo nº 25º da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, seria obrigatório ir à Assembleia Municipal, juntamente com o Orçamento, as contas das Empresas. -----

### **PONTO ONZE - PROC. Nº 2289/2015 - Orçamento e Opção do Plano para o ano de 2016.**

Foi presente à sessão a proposta da Câmara Municipal referente ao Orçamento e Opções do Plano para o ano de 2016, nos termos e para os efeitos consagrados na alínea a) do nº1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

O Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra que lhe foi conferida, explicou o Orçamento e Opção do Plano para o ano 2016. Assim sendo, realçou dois aspetos importantes nomeadamente as despesas com pessoal e a dívida que o Município terá que amortizar. Teve igual destaque a candidatura ao Programa de Riscos de Vertentes onde se incluiria a reabilitação da Rua Cancela do Ferreira, na freguesia de Ponta Garça assim como a ampliação do Parque Industrial e a intervenção na Avenida Vasco da Silveira, onde os estragos tem sido considerados avultados devido à confluência de águas ali verificadas e ainda a requalificação do Barracão-antigo mercado de peixe vila-franquense.-----

Solicitou a palavra o membro da Assembleia Municipal Hélder Medeiros que assumiu não partilhar do comunicado proferido pelo grupo eleito pelo PPD/PSD. Relativamente aos Fundos Comunitários, referiu que o interesse público estaria na base da aprovação desses. Salientou que a não aprovação ou os Comunicados não eram decisórios na aprovação do quadro comunitário. Realçou que o que era preocupante era a possibilidade desses quadros não serem aprovados.-----

O Presidente da Câmara solicitando a palavra, referiu que o Comunicado do PSD não tinha ajudado e o que esperava era que se preocupassem em ajudar em prol de um bem maior, do concelho de Vila Franca do Campo e dos seus habitantes. Salientou que a Câmara Municipal de Vila Franca do Campo era a segunda Câmara mais endividada do país, em termos relativos. Acrescentou que a Câmara estaria comprometida por 30 anos e que o bom senso ditava que houvesse limite nos gastos do dinheiro público.-----

Frisou que os atos impensáveis do antigo presidente de câmara Rui Melo tinham levado inúmeras empresas à falência e conseqüentemente muitas famílias à miséria e que, se a

Câmara não tivesse optado pelo reequilíbrio financeiro, muitos mais estariam nessas condições. Relativamente à Câmara da Povoação, muitas vezes indicada como exemplo a seguir por ter rejeitado reequilíbrio financeiro, informou que muitos empresários estavam a sofrer as consequências dessa atitude. Muitos haviam declarado falência. Salientou que as despesas eram para serem feitas de acordo com o dinheiro disponível e os compromissos assumidos eram para serem cumpridos porque havendo falha desses todo sistema ficaria comprometido. Clarificou, uma vez mais, que se não houvesse reequilíbrio não havia possibilidade de pagar a dívida. Num cenário em que as transferências de Lisboa para a Câmara foram penhoradas porque as dívidas aos credores eram incalculáveis a única saída era o reequilíbrio financeiro. As taxas negociadas com os bancos foram altas para haver possibilidade de empréstimo para pagar as dívidas deixadas pelo executivo PPD/PSD. Arrematou dizendo que as Entidades Públicas eram pessoas de bem.-----

O membro da Assembleia Municipal, Rui Melo, proferiu uma intervenção escrita, neste debate, a qual vai anexa à presente ata.-----

Submetida a votação a Assembleia Municipal aprovou, por maioria os documentos apresentados com os votos a favor do PS, do NR e dos dois Presidentes de Junta Freguesia do PSD, Emanuel Sousa Medeiros, da freguesia da Ribeira Seca e Rui Nelson Furtado Amaral, da freguesia de Ponta Garça. Absteve-se o membro eleito pelo PSD, Hélder Herculano Pimentel Medeiros e votaram contra seis membros da Assembleia eleitos pelo do PSD e o Membro Independente da Assembleia, Edgardo da Costa Madeira.-----

No ato da votação, não se encontrava presente o membro da Assembleia eleito pelo PSD, Paulo Alexandre Pacheco Duarte.-----

**“DECLARAÇÃO DE VOTO**  
**Orçamento e Opções do Plano**  
**2016**

*Os Deputados Municipais do PSD, votaram contra o Orçamento e Opções do Plano para 2016, pelas seguintes razões:*

*O parecer do ROC/Fiscal Único sobre o Plano e Orçamento da Câmara Municipal 2016, não foi entregue à Assembleia Municipal, nos termos legais e regimentais. Também, o parecer do ROC da empresa Atlântico Vila, não acompanhou o Plano e Orçamento, para 2016, ao abrigo da alínea b) do nº2, do artº46, da Lei nº73/2013, de 3 de Setembro e nos termos da alínea j) do artº 25, da Lei nº50/2012, de 31 de Agosto.*

*Registamos ainda, que continua sem ser apresentada à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, o Plano e Orçamento da empresa participada Vila Franca Parque, nos termos do Artº46, da Lei nº73/2013, de 3 de Setembro;*

*Este instrumento de Gestão que acabamos de Votar é o penúltimo que este executivo, apresenta antes do fim do mandato e continua sem constar as promessas eleitorais da maioria socialista, nomeadamente a implementação do Orçamento Participativo;*

*Sempre com justificação, já gasta, da dívida da Autarquia, esquecendo, que já estão há 6 anos no poder autárquico e como se tem vindo a constatar, o problema não é a dívida, mas sim, a implementação do Plano Reequilíbrio Financeiro, que PSD votou contra e alertou para o estrangulamento que a gestão da Câmara, iria sofrer no seu dia-a-dia e no presente o recurso ao FAM-Fundo Apoio Municipal, será um instrumento terrível, para limitar a ação da Câmara Municipal, sobrecarregando os Vilafranquenses com impostos;*

*Também como é tradição dos socialistas, sempre que o Governo da Republica não é da sua cor política, logo passa a ser o grande culpado da inoperância e da falta de criatividade da ação do executivo camarário, situação que prevemos que se altere no próximo ano;*

*Contudo foi este Governo da Republica que implementou as novas regras do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, que passou de uma receita anual, em 2009 de 380,295.57€ para uma receita acima 1,300.000€ ou seja um aumento de quatro vezes mais;*

*Votamos contra ainda porque:*

*É um plano sem projeto de futuro, sem rumo onde as despesas correntes sobem todos os anos e as verbas previstas para investimento são usadas para pagar políticas, que são da responsabilidade do Governo Regional, ao abrigo do Estatuto Político e Administrativo da Região Autónoma dos Açores, por este motivo, falta verbas para investir nos projetos da responsabilidade da autarquia, como provamos durante o debate;*

*É um plano pouco ambicioso, sem criatividade, onde a grande novidade é a Modernização Administrativa.*

*Cada ano que passa, da gestão Socialista, os Vilafranquenses e os Açorianos em geral, veem aumentar o fosso de desenvolvimento, em relação aos restantes concelhos da Ilha de São Miguel, onde até o Nordeste, o mais pequeno e distante, tem uma atividade de promoção mais visível e mobilizadora do que Vila Franca do Campo.*

*Da análise dos Planos e Orçamentos para 2016, do sector empresarial local e participadas, salienta-se a indicação da previsão da liquidação das empresas para o primeiro trimestre de 2016, com a exceção da Marina da Vila. Contudo, continua sem se saber, qual o futuro da Atlântico Vila e da Vila Franca Parque;*

*Por último, registamos como positivo a delegação de competências ou acordos de cooperação com as Juntas de Freguesia e a previsão de apoios às Instituições Sociais, Culturais e Desportivas, contudo, medidas estas insuficientes para este Orçamento e Opções do Plano para 2016, receber o nosso Voto favorável. “-----*

Não havendo outros assuntos a tratar e sendo 22h10m, o senhor Presidente declarou encerrada

a reunião, da qual, para constar, se elaborou a presente ata que eu, Maria Paula Carvalho Dias Pimentel, Secretária da Mesa da Assembleia, a mandei escrever e subscrevo.-----

Declaro ainda que a presente ata contém 21 folhas. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

Lucindo dos Anjos Fontes Couto

A 1.ª Secretária

Maria Paula Carvalho Dias Pimentel



## **Intervenção Sobre Orçamento e Opções do Plano 2016**

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhoras e Senhores Vereadores,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

São passados seis anos que o Partido Socialista, tem gestão autárquica em Vila Franca do Campo.

Sai ano entra ano, está tudo na mesma.

Sem projeto e sem Rumo.

Onde o discurso principal é a Dívida do passado, passado este, que há muito deixou de ser presente.

São seis anos de lamúrias... Onde deviam ser seis anos de realizações.

São seis anos a pensar na dívida e no que fez Rui Melo, onde deviam ser seis anos de concretização de obras e de atividades, para promover o nosso concelho.

São seis anos onde perdeu-se tempo e dinheiro, a tentar abafar a obra do passado, como se isso fosse possível. Desmantelando ou refazendo, até chegando ao ponto de tapar as placas, com as referências, com as datas das inaugurações, devia ser tempo de colocar mais placas a identificar a vossa obra, se a mesma existisse.

São seis anos de falta de articulação e cooperação com o Governo Regional, tem menos apoios e cooperação do que tinha no passado o elenco do PSD.

São seis anos, onde os Socialistas não fazem obra, mas gastam o dinheiro, como se tem visto nas contas de Gerência dos últimos anos, de um ano para o outro tudo sobe, as despesas com os cargos políticos, as despesas com pessoal, as comunicações, os combustíveis e os custos com pessoal com avenças e assalariados ,que recebem muito e produzem pouco.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores deputados.

A Dívida... aquele “Monstro”, que serve para justificar a inoperância e a falta de criatividade, dos Socialistas que de mantado em mandato, recorrem aos instrumentos de financiamento, como o Reequilíbrio Financeiro e ao Fundo de Apoio Municipal, sempre com anuncio, que é para pagar as dívidas do passado.

Avançaram para o Reequilíbrio Financeiro, pediram e tiveram autorização para 30.500.000.00€ e depois só gastaram 25.891.818.64€, recorde que este Reequilíbrio, era para pagar as dívidas antigas.

Mas, quatro anos depois, continua a haver dívidas antigas, novo Projeto de Financiamento, agora pelo FAM – Fundo de Apoio Municipal, com a justificação que é para pagar as Dívidas antigas de novo, agora no valor de 1.800.000.00€, acabou por ser aprovado um financiamento de 1.500.000.00€, ficaram satisfeitos.

Já estamos a prever, que daqui a dois anos, novo pedido de financiamento, para pagar os 300 e poucos mil euros de diferença da proposta inicial.

Para nós Sociais-Democratas, fomos contra o Reequilíbrio Financeiro e abstinemo-nos no Fundo de Apoio Municipal, mas se soubéssemos o que sabemos hoje, votavamos contra.

O FAM – Fundo de Apoio Municipal com o seu PAM – Plano de Ajustamento Municipal, é terrível para a vida da autarquia e para os Vilafranquenses ,porque os sobrecarrega com mais impostos ,em taxas máximas.

Serão impostos no máximo, IRS/DERRAMA/IMI, no presente e com o compromisso, que no futuro nunca serão aplicados fatores minorativos, mas sempre majoração em alta.

Revoga benefícios fiscais e isenções de taxas.

Nas taxas de saneamento, água e resíduos – Taxa máxima.

Obriga a implementar um sistema para aplicar mais taxas e aplicação de coimas e promoção de processos de execução fiscal.

Obriga que , qualquer receita gerada em alguma medida não prevista ,seja aplicada na amortização extraordinária da Dívida.

Em 2015, o Município ao integrar os trabalhadores das empresas, não pode aumentar as despesas acima da taxa de inflação.

O Município compromete-se a reduzir os postos de trabalho, de 103 para 90 em 2015, para 89 em 2016 e em 86 postos em 2017.

O Município está obrigado a implementar medidas para melhorar a gestão de tempo dos trabalhadores, que diminua a despesa.

O Município compromete-se a reduzir em 9.404€ a despesa realizada com transferências correntes, mantendo o mesmo nível até 2019.

O Município compromete-se ainda ao faseamento das suas despesas de investimento, reduzindo em 2016 ,50%, aumentando no ano seguinte o valor dos Fundos Comunitários, que consiga obter, voltando a reduzir 38% em 2018, mantendo este ultimo valor até 2019.

Por último, não poderá haver subsídios à atividade empresarial local na vigência do PAM – Plano Ajustamento Municipal.

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Estamos perante uma calamidade.

No passado tinha divida e obra, agora passamos a ter divida, sem obra, sem projetos de desenvolvimento e os Vilafranquenses sacrificados com os impostos no máximo.

Vejamos, os números de sucesso do endividamento ,que gerou muito investimento:

**Rede viária ... 1997 – 190km .....2009 – 345.76km**

**Parques de Estacionamento/ Lugares ... 1997 – 503 ..... 2009 – 2157**

**Habitações... 1997 – 2813..... 2009 – 3892**

**Equipamentos desportivos... 1997 - 9 ..... 2009 – 19**

a) Sem contar com Pavilhão Multiusos – Açor Arena.

**Dormidas no Concelho... 1997 – 10.215 ..... 2009 – Mais de 50.000**

**Empresas... 1997 – 107.....2009 – 653**

**Propriedades compradas para o Património da Autarquia- total**

7.215.290.68€

Eis, porque quem tem obra tem dívida...

E nunca foi necessário os Vilafranquenses pagarem os impostos Municipais no Máximo.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

È nossa opinião, que a maioria Socialista não devia aceitar o FAM, será desastrosa para o futuro dos Vilafranquenses, devia sim enfileirar pelas medidas da Câmara Municipal da Povoação... Gestão criteriosa e rigorosa, apostando ,em muito apoio do Governo Regional, na utilização dos Fundos Comunitários, mas sem massacrar os Vilafranquenses, com impostos e taxas no máximo.

Pense nisso .....Senhor Presidente da Câmara...

É uma decisão sua e só sua.

Ó conduz os Vilafranquenses, a terem uma vida igual aos restantes Micaelenses ou a serem massacrados, com prejuízo para as suas famílias e para o seu património, que adquiriram com grandes sacrifícios.

Acresce ainda, a esta devastadora orientação política, a grande obstinação por fazer ,o que é da competência do Governo Regional, alguns exemplos :

- Recuperação da orla marítima, junto à Avenida Vasco da Silveira. No POOC – Plano de Ornamento da Orla Costeira é da competência do Governo Regional.

- Emprego/Desemprego – Planos ocupacionais – despesa total deve ser assumida pelo Governo Regional, por ser competência própria, nos termos do Estatuto Político Administrativo dos Açores.

-Bacia de Retenção – regularização do caudal cheias afluentes- Rua da Palmeira, no valor de 223.856.46€, localizada no PDM em área da competência do Governo Regional.

-Agricultura- É competência do Governo Regional, construção e manutenção de caminhos de acesso às explorações agrícolas e abastecimento de água e de luz, a autarquia deve colaborar mas sem custos para o seu orçamento.

Até já se fala, em fazer um edifício para a Escola Profissional, que é propriedade da Santa Casa da Misericórdia de VFC.

Só estes projetos que acabei de citar e outros que existem, geram despesas de mais de 500.000€ anuais.

Recordo que para utilizar 1.000.000€ dos Fundos Comunitários a Câmara Municipal tem de ter as suas partes, que são 15%, no valor de 150.000€.

Assim, podia-se investir mais de 3.000.000€, que iriam gerar muito trabalho e impostos.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Registamos a previsão positiva de continuar a modernização administrativa, com novas e melhores tecnologias, interrompido há seis anos.

Também é positiva as delegações e acordos de competências com as Juntas de Freguesia e o apoio às Instituições Sociais, Culturais, Religiosas e Desportivas.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Cada ano que passa da gestão Socialista, os Vilafranquenses e os Açorianos em geral, vêm aumentar o fosso de desenvolvimento, em relação aos restantes concelhos de São Miguel, onde até o Nordeste, o concelho mais pequeno e distante, tem uma atividade de promoção mais visível e mobilizadora ,que Vila Franca do Campo.

Eu, desejava que Vila Franca do Campo fosse cidade, Cordeiro quis e conseguiu ,que fôssemos uma Vila, ao nível da Vila de Água de Pau, da Vila das Capelas ou da Vila de Rabo de Peixe e o atual Presidente Ricardo Rodrigues, ainda na ultima reunião ,sobre o Campo de Futebol, comparou-nos a duas ou três freguesias como os Mosteiros.

Para o Presidente Ricardo Rodrigues, já somos uma aldeia pelo Natal – Vá à Aldeia do Pai Natal-Significa vá a Vila Franca –

Agora o objetivo é sermos uma aldeia todo o ano.

Nem tudo é mau,teremos no futuro o orgulho, de ser a maior aldeia dos Açores.

Por último, Senhores Presidentes,Senhoras e Senhores Deputados e Vereadores

Termino com as afirmações, proferidas ontem, na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, pelo Vice Presidente do Governo Regional, Dr. Sérgio Ávila “ O Governo Regional decidiu manter o endividamento, mantendo os mesmos níveis de investimento ,para não sobrecarregar com mais despesas os Açorianos”.

Aqui, na Vila, faz se o contrário, o objetivo principal é sobrecarregar e asfixiar os Vilafranquenses.

Disse

Vila Franca do Campo, 25 de Novembro de 2015

O Deputado Municipal do PSD

Rui Carvalho e Melo